

**VALDÊMIA DE JESUS BARAÚNA**

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO RACIAL NA INFÂNCIA: ENTRE REPRESENTAÇÕES E MEDIAÇÕES SENSÍVEIS A PARTIR DA LITERATURA INFANTIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Educação, Campus-XIV, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Me. Jorge Luiz Nery de Santana

Conceição do Coité

2017

## **VALDÊMIA DE JESUS BARAÚNA**

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO RACIAL NA INFÂNCIA: ENTRE REPRESENTAÇÕES E MEDIAÇÕES SENSÍVEIS A PARTIR DA LITERATURA INFANTIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Educação, Campus-XIV, como requisito parcial para obtenção do título de graduada em História.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Jorge Luiz Nery de Santana (UNEB/CAMPUS XIV) - Orientador

---

Prof. Me. Antonio Vilas Boas (UNEB/CAMPUS XIV)

---

Prof. Dr. José Ernane Carneiro Carvalho Filho (UNEB/CAMPUS XIV)

Dedico esse trabalho a minha família, colegas, professores e às minhas filhas.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela luz e graça me concedidas durante minha trajetória

A minha estimada mãe por todo apoio e confiança.

As minhas filhas por existirem na minha vida e por compreenderem minha ausência e distância em prol da conclusão desse ciclo

Aos meus queridos colegas pelos momentos vividos por todas as alegrias que tornaram a minha jornada mais leve e fizeram dela, momentos inesquecíveis repletos de aventura e aprendizado.

Em especial a minha colega Givanilda Cunha Pereira por se fazer presente nos momentos bons e ruins, por ter me dado o privilégio de tê-la como amiga, por ter me ajudado quando precisei.

Aos meus professores por ter compartilhado comigo seus conhecimentos.

Ao meu orientador professor Jorge Nery pelo apoio sem o qual eu não chegaria até aqui.

Aos amigos e família pelas palavras de incentivo e a todos que motivaram a minha chegada.

“A identidade negra é entendida aqui como uma construção social, histórica, cultural e plural” (Nilma Gomes).

## RESUMO

Este trabalho é uma reflexão sobre as relações raciais na educação infantil a partir das propostas apontadas na Lei 10.639/2003, bem como as Diretrizes Nacionais Curriculares que a acompanha e que faz uma observação sobre os impactos da referida lei nos espaços educacionais de educação infantil. O texto exhibe um diálogo teórico sobre os ideais dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, além de apresentar a pesquisa teórica acerca da questão racial. No trabalho com imagens presentes em obras literárias voltadas para a educação infantil. Este trabalho aborda uma breve reflexão sobre o histórico da Lei 10.639/2003, mostrando suas contribuições para o ensino da história e cultura africana nas escolas brasileiras. Tendo como referencial de análise as obras infantis “Menina bonita do laço de fita” de Ana Maria Machado e “O cabelo de Lelê”, de Valéria Belém, este estudo procura refletir as contribuições que a leitura desenvolve no processo de construção de identidades raciais na infância.

**Palavras-chave:** Racismo. Infância. Relações Étnico Raciais. Currículo. Literatura.

## **ABSTRACT**

This work is a reflection on race relations in early childhood education based on the proposals pointed out in Law 10.639 / 2003, as well as the accompanying National Curricular Guidelines, which makes an observation about the impacts of this law in the educational spaces of early childhood education. The text presents a theoretical dialogue on the ideals of the National Curriculum Frameworks for Early Childhood Education, as well as presenting the theoretical research on the racial question. In the work with images present in literary works directed to the infantile education. This work deals with a brief reflection on the history of Law 10.639 / 2003, showing its contributions to the teaching of African history and culture in Brazilian schools. Taking as reference the analysis of the children's works "Beautiful girl with the ribbon tie" by Ana Maria Machado and "The hair of Lelê", by Valéria Belém, this study seeks to reflect the contributions that reading develops in the process of building racial identities in childhood.

Keywords: Racism. Childhood. Racial Ethnic Relationships. Curriculum. Literature.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>AS RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZ A LEI 10.639/2003</b>	<b>14</b>
2.1	A PROPOSTA DA LEI 10.639/2003 E O CURRÍCULO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO COM O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL- RCNEI	20
<b>3</b>	<b>OS DESAFIOS INERENTES À PRÁTICA PEDAGÓGICA: UM DIÁLOGO TEÓRICO SOBRE O COMBATE AO RACISMO E O EMPODERAMENTO DAS CRIANÇAS AFRO BRASILEIRAS MEDIANTE A LITERATURA INFANTIL.</b>	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>O NEGRO NAS OBRAS INFANTIS ANALISADAS: QUAL NEGRO?</b>	<b>30</b>
4.1	O CABELO DE LELÊ	35
3.4	QUAL A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA NEGRA ABORDADA EM CADA UMA DAS OBRAS ANALISADAS?	37
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>39</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A questão racial caminha por toda a história social, cultural e política do Brasil e afeta aos sujeitos de modo geral independentemente do grupo étnico racial ao qual pertencemos. Desse modo é imprescindível atentar-se às práticas e discursos pedagógicos no tocante a esse contexto, já que essa é uma problemática a ser inevitavelmente discutida e vivenciada por todos.

A ideia de fazer do Brasil uma nação cuja população é mestiça e livre de conflitos foi o que adiou a realização de outros debates sobre a questão racial no nosso país, sobretudo as condições de vida de parte significativa da população negra que ficou excluída de qualquer política pública após o período escravista.

Nesse contexto, é, também, do professor a tarefa de desmistificar o preconceito e discriminação racial herdados desse período e sofridos pela população negra do nosso país até os dias atuais, já que, a questão pedagógica no Brasil é discutida a partir do seguinte pensamento: “Educação Infantil é parte complementar da Educação Básica” (BRASIL, 1996), como afirma a Lei nº 9.394/96, em seu artigo 22. Dessa forma, proporcionar a formação comum essencial para o exercício da cidadania e oferecer métodos para prosseguir na tarefa e em estudos posteriores, deve ser feito também em relação às crianças pequenas.

Nesse entendimento, a forma como as crianças, na educação infantil vivenciam o mundo, arquitetam conhecimentos, exprimem-se, relacionam e demonstram desejos e curiosidades acontecem de maneira muito exclusiva e assim deve ser compreendida. Também é função das instituições de Educação Infantil, assim como as demais instituições educacionais, adotar o compromisso de ser participante na construção de uma sociedade liberta, justa, solidária, democrática e que saiba preservar o meio ambiente.

Este trabalho tem como objetivo geral **analisar o processo de construção da identidade racial na infância mediante o trabalho com leitura de obras infantis**, tendo como base política dessa práxis pedagógica a Lei 10.639/2003 e suas interfaces com as diretrizes curriculares nacionais da educação infantil.

Mediante um estudo de caráter teórico, a proposta se configura em apresentar ao leitor uma discussão sobre as relações raciais na Educação Infantil com base na Lei 10.639/2003.

Tendo como mote histórias referentes ao “Saci Pererê”, as reflexões implícitas nos textos “Menina bonita do laço de fita” e “O Cabelo de Lelé” propomos uma reflexão sobre os caminhos pedagógicos que podem ser trilhados na educação infantil na busca pela quebra de estereótipos e preconceitos raciais.

Acreditamos que além de trabalhar no combate aos discursos que legitimam as desigualdades sociais e raciais, a escola deve ainda trabalhar para a promoção do bem de todos, conforme posto no artigo 3º, da Constituição Federal (CF). Contudo, essas tarefas a serem realizadas pelas instituições de ensino e pelos professores enfrentam uma série de obstáculos, que muitas das vezes inviabilizam seus propósitos.

Nesse embate, é preciso pensar em ações escolares que atendam a demanda das relações raciais na infância, fase de construção e desenvolvimento da identidade própria do sujeito, bem como a criação de mecanismos que os levem a pensar sobre a sua aceitação enquanto sujeitos culturais diferentes, mas que tais diferenças não sejam sinônimas de desigualdades, como historicamente foi vista.

Pensando por esse viés, é que no Brasil, a questão das relações raciais deve ser trabalhada nas escolas desde cedo, ou seja, a partir da educação infantil, reconhecendo-se a contribuição e influência do povo negro na construção e desenvolvimento cultural do nosso país.

A escola é um ambiente que está em constante movimento ao ser frequentado diariamente por sujeito de diversas naturezas, que experimentam semelhantes e diferentes situações ao mesmo tempo e que se produzem e reproduzem no processo normal que é a convivência do cotidiano escolar.

A escola é um laboratório de experiências humanas em suas ambiguidades e finitudes, conflitos, contradições e disputas de poder. Os discursos de verdades que lá se autorizam a reproduzir legitimam formas de controle e desigualdades.

É no ambiente escolar que a criança aprende a desenvolver a capacidade de debater sobre a convicção da sua identidade além de construir a criticidade e autonomia essenciais para identificar o grupo étnico racial ao qual ela pertence e é justamente a partir daí que serão abertas as possibilidades de busca a construção da identidade, além de provocar também uma mudança no seu modo de pensar com relação às injustiças histórias raciais sofridas pelo povo negro brasileiro.

Dentro desse contexto, a escola se torna um instrumento relevante de discussão já que se trata de um ambiente de debates acerca das divergências

raciais é esse fator faz da escola uma instituição eficiente na função de minimizar, evitar e eliminar as atitudes que levam à exclusão e manifestação do preconceito racial durante a infância.

Para tanto é necessário que a escola esteja bem preparada para receber a diversidade cultural entranhada em cada indivíduo e o exercício da aprendizagem pode tornar-se uma ponte de ligação para a criança negra ir de encontro com sua autoestima, sua identidade racial, desenvolvendo assim, a sua autonomia.

As relações raciais no Brasil devem ser discutidas no dia a dia escolar durante a infância por meio de estudos sobre a diversidade racial, visto que há uma cultura histórica de negação do povo negro, o que resulta na negação das crianças negras, no tocante à sua identidade racial.

É interessante trabalhar a questão racial nas escolas de forma a prezar o negro e mostrar a sua contribuição histórica na criação e desenvolvimento da cultura brasileira, de modo a combater o racismo e ajudar na construção de relações justas, já que é impossível eliminar o preconceito racial dentro do ambiente escolar enquanto houver atitudes que levem as crianças negras a sentirem vergonha da sua cor.

É certo que a elaboração de um currículo que atenda a essa demanda, respeitando a questão das relações raciais na infância, necessita de espaço e tempo para ser realmente concretizado. Apesar de existirem vários debates acerca das relações raciais durante a infância no Brasil, alguns profissionais da educação possuem o discurso que as crianças da educação infantil não adquiriram ainda habilidades para discutir uma temática dessa grandeza, sob a justificativa de que não há a necessidade de se debater o conteúdo durante essa fase.

Essa postura pode comprometer o desenvolvimento das sensibilidades das crianças no tocante a sua aceitação, além do respeito às diferenças, pois ao crescerem na ausência de conversas que as levem a pensar nessa questão corre-se o grande risco de reproduzirem ideias racistas que já foram construídas e estão impregnadas dentro da própria escola, muitas vezes praticadas até pelos profissionais da educação ainda que de forma disfarçada ou inconsciente.

Para essa reflexão, é necessário mais investimentos em programas de formação continuada para o profissional da educação infantil, já que está assegurado nos artigos 29 e 30 da LDB- Lei de Diretrizes e Bases, que a educação infantil é a primeira fase da educação básica e tem como finalidade, o

desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social completando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Ora, se é durante a educação infantil que se tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, então devem ser iniciados desde essa fase também os diálogos e problematizações acerca das relações raciais no cotidiano escolar objetivando melhorar a autoestima da criança negra dentro do seu convívio na sociedade em geral.

Ainda na educação infantil, é possível perceber os reflexos da influência que os meios social e familiar exercem. Desse modo é válido pensar que as relações raciais devem ser debatidas, problematizadas, e, principalmente desmistificadas no que tange a desvalorização do povo negro na escola durante a infância já que as crianças dessa fase iniciam a sua própria construção enquanto sujeitos a partir dos elementos apresentados tanto pela família quanto pela sociedade.

Partindo desse pressuposto, é que se deve mencionar a importância da presença positiva da figura do negro nos livros de história infantil e que estes estejam acessíveis para todas as crianças em todas as escolas brasileiras, pois possibilitam tanto as crianças negras quanto às não negras, maior compreensão e interação com as questões envolvendo a problemática da identidade racial; isso contribui para o desenvolvimento de ações que refletem respeito e tolerância às diferenças.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos, excetuando-se a Introdução e Conclusão. No primeiro deles, discutimos um pouco sobre as relações raciais na educação infantil, a partir da ótica da Lei 10.639/03, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, atendendo aos pleitos históricos dos movimentos negros.

No segundo capítulo, tratamos dos desafios inerentes ao trabalho com as questões raciais em especial com a literatura infantil. Já no terceiro e último capítulo, analisamos quatro obras infantis, através das quais é possível problematizar a construção da identidade da criança negra, levando a reconhecer-se enquanto tal, mas a, também, combater quaisquer formas de discriminação.

Creemos que discussões que envolvem as questões raciais e, principalmente no período infantil podem se tornar em elementos capazes de influenciar na construção de futuros currículos escolares, bem como na formação continuada de

professores, além é claro, de instrumentalizar as crianças para repudiarem formas de violências advindas de contextos racistas.

## **2 AS RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZ A LEI 10.639/2003**

Os currículos do nosso sistema educacional são pautados, historicamente, por uma visão eurocêntrica que inferioriza racialmente o povo negro. Essa concepção vem sendo, aos poucos, modificada através de muitas lutas e manifestações diante da percepção das injustiças históricas imposta à população negra durante muitos anos.

No ano de 1995, por exemplo, aconteceu a primeira Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida; evento considerado de maior importância pelo movimento negro brasileiro, pois os organizadores foram recebidos pelo então presidente da República Itamar Franco e na oportunidade, entregaram o Programa de Superação do Racismo e Desigualdade Racial, que resultaria.

Com a renovação e reativação de muitos movimentos negros, principalmente após o retrocesso ocorrido no país com o golpe de estado de 1964, os embates pleiteando políticas públicas capazes de minorar com as injustiças históricas ganharam força, redundando na promulgação, em 2003, da Lei 10.639.

Considerada por muitos profissionais da educação como de grande importância na história das lutas antirracistas e por um ensino democrático no nosso país, a proposta de lei, apresentada pela deputada Esther Grossi (PT/RS) e sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) e inclui a obrigatoriedade do ensino da temática da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Porém o maior desafio enfrentado mesmo depois de tanto tempo da sua aprovação é o de colocar tal discussão realmente em prática de maneira sólida e correta no dia a dia escolar brasileiro (BRASIL, 2003).

A Lei Federal 10.639, de 09 de janeiro de 2003 que retifica a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, introduz ao currículo nacional existente o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, acenando com possíveis conteúdos, bem como as áreas onde os mesmos devam ser discutidos.

§ 1º- O conteúdo programático a que se refere o caput desse artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º- Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia vinte de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (BRASIL, 2003).

O processo de sanção que resultou na aprovação da lei n 10639/2003 deve ser de amplo conhecimento por parte de todos os professores das redes pública e privada de ensino, visto que foram muitas lutas realizadas pelo movimento negro e outros grupos que também participaram delas, em prol da superação do preconceito e da discriminação racial presentes na sociedade desse país.

A aprovação da lei 10639/2003 que torna obrigatória a inclusão do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira no currículo escolar, vem movimentando as redes oficiais de ensino quanto à formação de professores e até mesmo na confecção de materiais didáticos. Considerada de grande relevância dentro desse contexto, a Lei 10.639/2003 procura levar para o cotidiano escolar os elementos que reforçam a compreensão da identidade do sujeito possibilitando o exercício da criticidade no tocante ao preconceito racial praticado desde toda a história brasileira.

Para tanto é necessário que todos os alunos negros e não negros bem como seus professores se sintam valorizados em suas diferenças, evitando que os negros sejam apontados como de costume, sob a figura de subalternos o que geralmente acontece, quando temáticas envolvendo esse segmento étnico é visibilizado.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004b), que acompanha a Lei 10.639 /2003, esta lei surgiu na tentativa de corrigir os erros e reparar os danos sofridos o que resulta no preconceito vivido pelo povo negro durante muito tempo da história e que ainda sobrevive nos dias atuais.

Além de defender a inclusão social entre todos os sujeitos no sistema educacional brasileiro, a Lei 10.639/2003 promove uma discussão mais abrangente do conceito de educação, com o intuito de que esta aconteça para as relações étnico-raciais em todas as escolas das redes pública e particular de ensino, e propõe

também uma discussão mais elevada sobre a construção da identidade do indivíduo engajado nesse contexto.

A existência da lei faz parte de um conjunto de ações afirmativas propostas pelo Governo Federal, como garantia de compromissos internacionais no combate ao racismo e atende a uma necessidade gerada pela falta de conhecimento quase total, por parte do povo brasileiro, no tocante as questões relacionadas às sociedades africanas e, sobre as marcantes influências e contribuições do povo africano na formação da sociedade brasileira.

É a partir dessa realidade que a referida lei pode ser interpretada como algo de caráter afirmativo, posto que as políticas, os projetos e as práticas pretendem uma superação das desigualdades que afetam historicamente grupos sociais, como os negros por exemplo. Para dar suporte à aplicação dessa lei é que foram instituídas as DCNs-Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e cultura Africana e afro-brasileira. (BRASIL, 2004b).

Promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano das escolas e nos sistemas de ensino que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

Nota-se a preocupação das DCNs, principalmente com o processo de construção identitária dos sujeitos negros e não negros perante uma sociedade preconceituosa e racista que deve ser enfrentada e questionada, diariamente, problematizando as questões de cunho preconceituoso e, quando necessários, acionando as instituições policiais e jurídicas para combater a discriminação.

Isso se faz necessário porque a existência de uma lei não garante, em si, o seu devido cumprimento se não existir vigilância por parte de todos os interessados. Devemos levar em consideração que temos uma história de mais de quatro séculos de práticas racistas e, portanto, em poucos dias ou com um único instrumento legal não será possível reverter a situação de preconceito.

Um dos exemplos claros da dificuldade em se romper com estruturas racistas pode ser observado, inclusive, a partir da elaboração dos livros didáticos, pois, muitos deles, ainda não trazem temas sobre a condição racial no nosso país, o que ajuda a difundir um imaginário contrário ao existente e segundo o CNE/CP 003/2004, de 10 de Março de 2004:

Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, e a asiática. (BRASIL, 2004b).

Essa grande valorização e destaque da cultura europeia acabaram por deixar de lado as outras etnias, que ficaram de certa forma fora do ensino, que as traz apenas em determinadas datas e as apresenta quase sempre como figuras subalternas na maioria dos espaços educacionais.

Mesmo que já esteja ocorrendo uma movimentação lenta que, de acordo com Lei, procura dar visibilidade aos temas que discutem a importância dos negros para a sociedade brasileira em termos históricos, os projetos das escolas públicas vêm ocorrendo de forma lenta. O mestre em História, Leandro Carvalho no trabalho intitulado “Lei 10.639/2003 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana”, afirma que ela:

Versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, mas ressaltam a importância de se debater os elementos positivos da cultura negra sobre a formação da sociedade brasileira, pois para eles, o conteúdo da história afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi lembrado nas aulas de História apenas como tema da escravidão negra africana ou ainda em projetos como o Dia da Consciência Negra, por exemplo. (CARVALHO, 2012).

Desse modo, ele chama atenção para a realização de um trabalho de discussões e debates acerca da temática das relações raciais, porém que esta não aconteça apenas em determinadas datas comemorativas.

Apesar de ações pontuais ainda que se mostrem positivas dentro de um cenário onde quase não se discutia questões relacionadas ao negro, é preciso mudar tal conduta, assumindo que tais debates não devem ser concretizados em momentos estanques, mas a todo o momento que se fizer necessário.

Vale ressaltar a importância do discurso presente na lei que aponta para o debate sobre as dimensões das relações raciais na escola bem como a importância de redimensionar as políticas públicas de valorização reconhecimento e respeito ao povo negro. É importante salientar a relevância da construção da identidade racial, mostrando elementos que possibilitem melhor entendimento dos estudantes para que assim identifiquem-se e aceitem-se enquanto sujeitos atuantes perante a sociedade, independentemente das questões da cor da pele.

As obras que debatem constantemente a questão racial são muito importantes para a realização de pesquisas nessa área, porém são pouco divulgadas no meio acadêmico, bem como no cotidiano escolar. Essas obras também discutem as questões relacionadas à exclusão sofrida por parte da população negra no Brasil, além de desconstruir a ideia que vem ano após ano excluindo da história, a produção dos negros.

É possível observar no poema “Negro pronto” do escritor Luiz Silva, publicado na Antologia de Poesia Negra Brasileira, organizada por Zilá Bernd (1992) o eu poético declarando-se e reconhecendo-se na condição de negro.

Negro Pronto

Negro e Pronto

Negro Sou.

Um dos objetivos da poesia negra é tratar da busca da identidade enquanto ser negro e da correção das imagens negativas lhes atribuídas no decorrer dos anos. Portanto, essa literatura tem seu sentido sólido principalmente por estar relacionada com as diversas lutas como o Movimento Negro, pela conscientização e aceitação por parte desse povo, embora o termo negro tenha carregado uma rotulação negativa durante muito tempo.

É sabido que pós a sanção da Lei 10.639, as entidades educacionais, bem como os governos já se apresentam mais organizados no sentido de acompanhar e absorver a diversidade étnico-racial no ambiente escolar, bem como é visível que a implementação da lei 10639/2003 trouxe muitos benefícios no tocante ao respeito e tratamento dado às questões raciais, num país onde os assuntos referentes aos negros eram ensinados nas escolas como “seres inferiores” e vulneráveis à dominação, na tentativa de justificar o sistema escravista que sustentou a economia brasileira durante séculos; é perceptível também importância dos estudos e discussões em sala de aula acerca da História Africana nos dias atuais.

Mas, para que a execução da Lei não se dê de forma lenta, como vem acontecendo, é preciso se investir em programas de formação continuada para os docentes, para que estes, compreendam a dinâmica sociocultural da comunidade brasileira, objetivando a construção e composição de representações sociais positivas da nossa população, criando um ambiente escolar que permita que a nossa diversidade se apresente de forma criativa e transformadora.

Regularizar, através de uma legislatura própria, o ensino da história e da cultura africana e afro brasileira simboliza não somente um meio de deixar mais eficiente o acesso dos estudantes a informações valiosas acerca da formação cultural brasileira, como também uma maneira de auxiliar e estimular a revisão de conceitos desqualificadores, impedindo a criação de estereótipos.

A lei 10.639/2003 é com certeza é um exercício de inclusão e ação afirmativa ao mesmo tempo em que é o produto de um forte movimento de luta antirracista no Brasil. Destaca-se por sua multiplicidade no sentido de que possibilita realizar uma série de outras iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira, além de servir de entusiasmo à reconstrução da identidade negra.

Diante disso pode-se afirmar que se trata de uma lei voltada para a recuperação da autoestima do povo negro, dos seus valores culturais, dos seus direitos, da sua memória e da sua identidade, buscando eliminar os enganos seculares e resignificar o conceito de negro no quadro etnográfico nacional.

Empregar a temática da diversidade étnico-racial na Educação Infantil certamente é uma das maiores batalhas no processo de implantação da Lei 10.639/2003. Um projeto que abranja a diversidade requer, além de uma formação adequada, currículo, metodologias e instrumentos que possam induzir à criança a um aprendizado capaz de ajudá-la a alargar a sua visão de mundo no tocante a diversidade. No Brasil, durante muitos anos, privilegiaram-se as histórias em que a maioria de seus personagens principais, era branca, e, assim também era com os brinquedos que seguiam um padrão de beleza europeizado, mesmo grande parte da população não correspondendo a esse biótipo.

Como as crianças se identificam com seus heróis e heroínas, apresentar a diversidade étnica racial para o ambiente escolar é de grande importância para que formemos sujeitos que reconhecem e valorizam a sua história, a diversidade racial e cultural brasileira. A Lei 10.639/2003 foi sem dúvida um marco na luta pelo resgate da verdadeira história brasileira, e já é notório um maior número de obras literárias infantis, brinquedos e livros didáticos que trazem o personagem negro como protagonista indicando aos pequenos os referenciais que os ajudem a comprovar a sua negritude.

Um dos maiores desafios do processo de implementação da Lei 10.639/2003 na Educação Básica é como executá-lo na etapa inicial, a Educação Infantil; para levantar uma proposta de educação capaz de cooperar para a

superação histórica das desigualdades e motivar a efetiva afirmação de nossos educandos é necessário reparar os conteúdos, as metodologias e as práticas, especialmente quando se trata da Educação Infantil.

Os conteúdos devem passar por uma expansão dos conceitos viabilizando o conhecimento das crianças no que diz respeito à história e cultura das etnias que compõem a sociedade brasileira; assim elas aprenderão, de forma correta, sobre si mesmas, sobre os outros e sobre as suas heranças e pertencas étnicas; esse trabalho, pode ser realizado de maneira atraente, lúdica e prazerosa, com o objetivo de fazer com que as crianças conheçam a História e Cultura afro-brasileira na educação infantil.

## 2.1 A PROPOSTA DA LEI 10.639/2003 E O CURRÍCULO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO COM O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - RCNEI.

A discussão sobre o currículo na Educação Infantil tem motivado muitas dúvidas entre os professores de creches e pré-escolas e outros profissionais da área. Além de essa discussão abranger diferentes visões de criança, de família, e das funções da creche e da pré-escola, muitos educadores e especialistas que trabalham na área, defendem que a Educação Infantil não deveria intrometer-se com a questão de currículo, já que este geralmente está associado à escolarização tal como vivenciada no ensino fundamental e médio e também associado à ideia de disciplinas e de matérias escolares.

Com receio de importar para a Educação Infantil essa estrutura muito criticada hoje em dia, profissionais da área preferem a expressão “projeto pedagógico” quando se referem às orientações dadas ao trabalho com as crianças de creches ou pré-escolas. É através desse projeto que se formula concepções de escola, currículos, identidades, enfim.

Certamente o processo de construção da identidade na Educação Infantil é uma discussão indispensável para a designação de regulamentos com relação ao currículo e a outras peculiaridades envolvidas em uma proposta pedagógica. As Diretrizes propõem o que deve ser conceituado como função social, política e pedagógica das instituições de Educação Infantil. Esses pontos demonstram grande

parte das discussões na área e apontam o norte que se deseja para a realização do trabalho junto às crianças.

Para se trabalhar as questões raciais na educação infantil é necessário que se conheça o que é ser criança bem como suas maneiras de falar e de interagir com o outro. Nos diferentes períodos da história a visão sobre o ser criança vai se modificando; no século XVII a criança convivia com os adultos de forma igualitária e não tinha seu espaço. Para os RCNEI:

O atendimento institucional à criança pequena, no Brasil apresenta ao longo de sua história várias concepções bastante diferentes sobre sua finalidade social. Muitas dessas instituições nasceram com o intuito de atender unicamente às crianças de baixa renda. A criação de creches e de programas pré-escolares como tática para combater a pobreza e resolver os problemas ligados à sobrevivência das crianças foi uma justificativa para o atendimento de baixo custo, com investimentos insuficientes, provocando escassez de recursos pedagógicos, materiais e precariedade de instalação. (BRASIL, 1998).

No Brasil somente a partir do século XVIII é que surgiu o conceito de infância, porém trazia uma visão da criança como alguém que não conseguia se comunicar; esse processo sofreu várias alterações até se entender que segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2006), a criança é explicada como um ser humano único, completo e, ao mesmo tempo, em fase de crescimento e desenvolvimento.

Ainda segundo os PCNs a criança é um ser humano completo porque possui as características necessárias para ser considerada como tal: a constituição física, as formas de agir, pensar e sentir. É um ser humano em crescimento porque seu corpo está continuamente aumentando em peso e altura. É um ser em desenvolvimento porque essas características estão em permanente transformação (BRASIL, 2006, p.14).

A integração da criança no mundo escolar, principalmente no que diz respeito à escolaridade obrigatória, sempre fomentou inquietação sobre como as atividades educativas podem e devem ser desenvolvidas com o objetivo de alcançar sua finalidade. Daí a necessidade de criação e aplicabilidade do currículo escolar que é a sistematização do conhecimento escolar.

A inclusão das creches e pré-escolas no sistema brasileiro de ensino a partir da Constituição Federal de 1988, compondo com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio a Escola Básica, apesar de já ter causado avanços na área de Educação

Infantil, a exemplo da elevação do nível de formação dos seus profissionais, necessita ainda de metodologias que articulem o trabalho pedagógico praticado no decorrer destas etapas, sem copiar o modelo de uma etapa para outra.

Nesse contexto, se posicionam as novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs) aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, em 2009 (Parecer CNE/CEB nº 20/09 e Resolução CNE/CEB nº 05/09) que partem de uma definição de currículo e mostram princípio, qualidade e a criação de oportunidades de desenvolvimento para todas as crianças. Elas expõem os objetivos e as condições para a organização curricular, consideram na educação infantil, a importância da união com as famílias, as experiências que devem ser colocadas em práticas cotidianas nas instituições e recomendam com relação aos processos de avaliação e de evolução da criança no decorrer de sua trajetória na Educação Básica.

Por isso é que representam uma rica oportunidade de se pensar como e em qual direção trabalhar junto às crianças a partir de determinados parâmetros bem como vincular o processo ensino-aprendizagem na educação infantil, visto que está em ampla mobilização: paralelo ao aumento das matrículas, apesar de ainda números pequenos e por isso, insuficiente para atingir as metas do Plano Nacional de Educação, tem ocorrido relevante mudança na maneira como se como hoje em dia se assimila a função social e política dessa fase e desse nível de ensino, bem como a interpretação do ser criança e seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Esse novo quadro didático e os pontos de vista reiterados sobre o dia a dia das creches e pré-escolas têm se mostrado nos vários encontros da área o que convoca os educadores a repensar seu trabalho e seu discurso juntamente às crianças e suas famílias, pois segundo os RCNEIs:

Nas últimas décadas, o crescimento da educação infantil no Brasil vem acontecendo de forma crescente, esse fato ocorre a partir da intensificação da urbanização, a inserção da mulher no mercado de trabalho bem como as mudanças na organização e estrutura das famílias. Outro fator a ser considerado é que, a sociedade atual está mais consciente da importância das experiências vividas na primeira infância, o que fomenta as demandas por uma educação institucional formal para crianças de zero a seis anos. O conjunto desses fatores resultou num movimento na intenção de que o atendimento educacional para as crianças de zero a seis anos fosse também reconhecido na Constituição de 1988, no seu artigo 208, &IV, “a partir daí a educação infantil brasileira nas creches e pré-escolas passou a ser um direito de todas as crianças e um dever do Estado”.

Além da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, também assegura às crianças o direito à educação e a própria Lei de Diretrizes e Bases promulgada em dezembro de 1996 traz diversas referências à educação infantil especificamente. No título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, art. 4º, IV, é assegurado “(...) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”.

As creches que atendem as crianças de zero a três anos e as pré-escolas que atendem as crianças de quatro a seis anos são consideradas como espaços formais de educação infantil, o que difere uma da outra é a faixa etária do seu público alvo. A educação infantil, segundo a LDB, no seu Artigo 29, Título V, Capítulo II, Seção II, é considerada enquanto primeira fase da educação básica tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. (BRASIL, 1998).

É dentro do contexto das reformas educacionais acima mencionadas que surge o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), vale lembrar que o RCNEI é um documento produzido pelo MEC e que integra a série de documentos Parâmetros Curriculares Nacionais. Em fevereiro de 1998, a primeira versão do documento foi encaminhada a 700 profissionais da educação infantil para uma reflexão sobre o mesmo e depois de um mês fosse devolvido ao MEC com um parecer sobre essa versão. Em outubro de 1998 a versão final do RCNEI.

Percebe-se na versão final que o RCNEI projetou atender as indicações feitas pelos 700 profissionais da educação infantil de ter como referencial, a infância e não o ensino fundamental destacando a criança enquanto ser em desenvolvimento e constituição como ser humano nos mais diversos contextos, sociais, culturais, intelectuais, artísticos entre outros.

É importante salientar que se trata de um documento não obrigatório construído em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que objetivam auxiliar na implementação de práticas educativas de qualidade e que possam favorecer e ampliar as situações necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. Sua tarefa é contribuir com as políticas e programas de educação infantil distribuindo as informações, discussões e pesquisas com o objetivo de atingir resultados satisfatórios no trabalho educativo dos professores e demais profissionais da educação infantil, trazendo alguns princípios:

- O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc;
- O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;

- O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e a estética;
- A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

O RCNEI defende ainda que, antes de tudo é direito da criança, viver experiências prazerosas dentro das instituições e essas que devem tornar acessíveis a todas as crianças que as frequentam, indiscriminadamente, os variados elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social.

O Referencial exerce a função de socializar e conceder a construção e desenvolvimento da identidade das crianças, por meio da aprendizagem sobre as diversidades, ocorridas em situações de interação. Ainda na instituição de educação infantil, é possível ofertar às crianças condições para as que a aprendizagem aconteça nas brincadeiras e bem como advindas de situações pedagógicas.

### **3 OS DESAFIOS INERENTES À PRÁTICA PEDAGÓGICA: UM DIÁLOGO TEÓRICO SOBRE O COMBATE AO RACISMO E O EMPODERAMENTO DAS CRIANÇAS AFRO BRASILEIRAS MEDIANTE A LITERATURA INFANTIL.**

*“Branca de Neve era a criança mais bonita do reino. Sua pele era branca como a neve” (Branca de Neve, 1994).*

O texto acima selecionado e que abre este capítulo dá uma ideia clara dos critérios estabelecidos e qual povo é tomado como referência para se construir a identidade. No caso acima, a “pele branca como a neve” é a ideia predominante do que vem a ser uma criança bonita.

A tomar como base tal afirmação, tudo aquilo que não está dentro do padrão estabelecido de “beleza” e de “pele”, conseqüentemente estará aliado, excluído e posto à margem.

Essas ideias, mesmos nos idos do século XXI, ainda são muito comuns nas obras literárias dedicadas às crianças da educação infantil e é a partir delas que se estabelecem no cotidiano das salas de aulas os ensinamentos – mesmo porque nessa fase quase há ausência de discussões – sobre o que belo, bom e bonito, construindo-se, aos poucos, a noção de identidade.

O que observamos, contudo, é que justamente a noção de identidade começa a ser formada com a exclusão do outro. Na literatura infantil, o negro não aparece como referencial. Sua pele e olhos escuros, bem como suas vestimentas, são mostrada noutras páginas, mas em condições que chegam a submeter a criança que lê aquele livro constrangimento por ter uma pele com cor idêntica.

Ainda que os livros desempenhem um importante papel durante esse processo, as instituições educacionais ainda encontram muitas dificuldades em tratar da questão apropriando-se deste que ainda é marcado pela ausência de produção que atenda a essa demanda. Essa ausência de produção, juntamente com a invisibilidade, o silêncio e a falta de referencial étnico nos livros infantis contribuem para o aumento da negação da diversidade cultural. (FIGUEIREDO, 2010, p.68).

Esse processo de marginalização do negro enquanto diferente – aliás como todos são, independente da etnia – adquire contornos de violência, principalmente levando-se em consideração que esta literatura é disponibilizada, justamente, no

momento de formação das nossas primeiras marcas, sendo que muitas delas, enquanto não desconstruídas poderão nos acompanhar para o resto das nossas vidas.

A literatura distribuída nas escolas públicas de todo o país se constitui, nalguns casos, como a expressão de verdade para a maioria dos professores que, devido à inexistência de formação continuada, se apoiam na mesma para desenvolver o trabalho nas salas de aulas, não apropriando-se de nenhum outro material que possa confrontar com o posto nos livros infantis.

Assim, de literatura passível de questionamento, ela se transforma na verdade e esta é transmitida para as crianças nos seus primórdios, que consideram as suas estórias como “as parábolas de Cristo para os cristãos, para os homens: sementes para germinar e frutificar (CARVALHO, 1989, p.17). Ou seja, não há contestação sobre o que é afirmado.

Nas últimas décadas, com a efervescência das questões étnico raciais, muitos pesquisadores tem se debruçado a investigar as representações trazidas pelos livros didáticos acerca do povo negro, incluindo-se nessas análises, as literatura infantis, que “tem sido alvo de reflexões e análise por parte de estudiosos que buscam compreender os detalhes e sugerir possibilidades de utilizá-la enquanto ferramenta contribuinte para o processo de valorização da diversidade”. (FIGUEIREDO, 2010, p.68).

Entre tantos pesquisadores que investigaram a literatura infantil, selecionamos três deles para percebermos as conclusões obtidas findo o período da pesquisa.

A primeira delas foi a profa Mari Anoria de Jesus Oliveira, docente da Universidade do Estado da Bahia, lecionando no Campus XIII, Itaberaba-Bahia. A sua pesquisa defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade, Campus I, Salvador Bahia e intitulada “Negros Personagens nas Narrativas Literárias Infanto-juvenis Brasileiras: 1979-1989”, teve como objetivos, segundo a autora:

Interpretar as produções literárias publicadas entre 1979 e 1989 dos autores consagrados pela crítica literária e daqueles que, embora não tenham sido aludido por essa crítica, destacaram-se no mercado livresco, haja vista as reedições de suas obras, desde os anos 80. Apresentar categorias analíticas que evidenciem a caracterização dos personagens negros nas obras literárias e constatar se houve inovação quanto à caracterização dos

personagens negros, de modo a romper com a estereotipia anteriormente atribuídas a eles. (OLIVEIRA, 2003, p.10).

Depois de realizada a sua investigação, Oliveira (2003) salienta que o negro aparece em condições, ainda, de inferioridade e de subalternidade, quando comparado com o branco. As condições e os espaços nos quais o negro se faz presente distancia-se e muito, daqueles onde o branco vive. Normalmente, o lar do branco tem uma outra arquitetura e uma outra geografia, enquanto que o do negro ainda é a favela, o morro, o ambiente dos protagonistas. A residência é o barraco ou “quartinho” bem pequeno, com direito às minúcias descritivas. E a favela é, principalmente, o lugar da marginalidade, povoada por traficantes e assaltantes. (OLIVEIRA, s/d).

A aparência também foi uma outra categoria analisada por Oliveira (s/), constatando que “quanto à aparência (a), as narrativas que visam a denúncia da discriminação racial também reforçam a associação do negro à “feiura”, à animalização, à caricatura”.

Analisando doze narrativas para perceber as representações feitas acerca das atividades profissionais do negro, Oliveira constata que:

[...]dez apresentam personagens negros em atividades profissionais consideradas desprestigiadas socialmente, em funções serviçais, logo, inferiores aos brancos. Os protagonistas são ou engraxates, a maioria, ou lavador de carro, ou ajudante geral. A mulher continua nos mesmos papéis: empregada doméstica ou lavadeira. O homem negro, entre os poucos que aparecem (dois), são também empregados: lavrador ou caseiro. Logo, todos são pobres. (OLIVEIRA, S/D).

Ainda há outras categorias que foram analisadas pela autora, como por exemplo, origem familiar, identificação, etc, mas, ao final do seu trabalho de investigação, ela conclui que:

De um lado, evidenciei o que se disse ter inovado, não inovou, deveras. Salvo alguns índices, quanto ao comportamento dos personagens que ganharam uma individualidade enquanto protagonista, por outro lado, sugerem a representação de uma “Vida” sofrida em decorrência da pobreza e/ou do racismo. [...] de anti-herói, eles passaram a herói, por simbolizar as forças do bem. [...] neste sentido, concordo com as pesquisadoras que apontaram inovação nas narrativas. Mas, por outro lado, ao me deter sobre os interstícios das narrativas, compreendo que, em algumas, os personagens são, principalmente um meio de reforçar, de reiterar, de corroborar o racismo que (dizem) tentaram denunciar (OLIVEIRA 2003, p. 174-175).

Percebe-se, então, pela conclusão de Oliveira (2003) que as mudanças em relação às representações feitas ao negro ainda são bastante lentas, confirmando dessa forma, infelizmente, o quão difícil se torna mudar algo historicamente posto como condição de verdade e sedimentado ao longo de mais de três séculos de escravidão.

Outra pesquisadora que se debruçou a entender as representações do negro na literatura infantil foi Suely Dulce de Castilho, da Universidade Federal de Mato Grosso. Com a publicação, em 2004, do artigo “A Representação do Negro na Literatura Brasileira: novas perspectivas”, e fruto de um curso de extensão direcionado a professores do Ensino Fundamental em Cuiabá/MT, a pesquisadora conclui que:

A literatura infantil que os alunos leem nas escolas com maior frequência raramente mostra famílias negras felizes e bem-sucedidas, personagens negras bem vestidas; raramente há príncipes, reis, rainhas de cor negra, assim como também não é comum ver um negro na capa de um livro, ou sendo o personagem principal. Do ponto de vista educativo, esse processo pode estar comprometendo tanto a formação da criança negra quanto da branca. Para a criança branca, essas obras literárias podem reforçar a ideologia da superioridade e supremacia de sua “raça”; por outro lado, pode subestimar, estigmatizar e em muitos casos fragmentar a autoestima da criança negra. (CASTILHO, 2004, p. 109).

Pelo que sentencia a autora, o elemento negro trazido pela literatura infantil ainda vem acompanhado de características desqualificadoras e que o inferiorizam, colocando num papel que jamais qualquer criança gostaria de estar, portanto, a partir daí, constrói-se toda uma imagem deformada, estereotipada que afasta a criança negra daquele referente.

Por fim, a terceira e última análise traz considerações sobre a “Literatura Infantil com Personagens Negros”, de autoria da pesquisadora Ione da Silva Jovino. Na sua pesquisa, Jovino (2006) destaca o aparecimento tardio do negro nas obras literárias, algo que somente acontece a partir da segunda década do século XX e, ainda assim, de forma muito tímida e ainda representado através das condições subalternas, com discursos estereotipados e pejorativos. (JOVINO, 2006, p.63).

Mudanças nesse cenário somente começam a acontecer, mais de cinquenta anos depois, ou seja, por volta da década de 1970. Influenciados pelas discussões e combates acirrados realizados pelos movimentos negros, a literatura infantil começa a visibilizar de maneira não tanto pejorativa, a figura do negro.

Somente a partir de 1975 é que vamos encontrar uma produção de literatura infantil mais comprometida com outra representação da vida social brasileira; por isso, podemos conhecer nesse período obras em que a cultura e os personagens negros figurem com mais frequência. O resultado dessa proposta de representação mais próxima da realidade social brasileira é um esforço desenvolvido por alguns autores para abordar temas até então considerados tabus e impróprios para crianças e adolescentes como, por exemplo, o preconceito racial (JOVINO, 2006, p.187).

Analisando a citação da autora, percebemos que a iniciativa daqueles que se detiveram a lançar obras literárias com uma outra conotação, e essa não pejorativa para o negro, foi considerada ousada para aquele momento, mas que serviriam para despertar a consciência acerca do preconceito racial, bem como desconstruir a imagem de um país onde a democracia racial dava o tom, mas ainda assim, a autora afirma que

[...] nesse cenário é possível observar ainda vários textos literários que foram marcados pelos padrões comportamentais idealizados pela sociedade, trazendo, através das representações da bruxa feia e malvada, enquanto a fada é bondosa e virtuosa, já o príncipe bonito, rico, e sempre seguindo o padrão de beleza europeu. (JOVINO, 2006, p.64).

É certo afirmar a relevância de se contar histórias e promover o contato direto das crianças com a literatura, seja como uma opção de lazer seja como uma ferramenta para o desenvolvimento do hábito e do gosto pela leitura. O primeiro contato da criança com a literatura infantil na maioria das vezes se dá por meio dos “clássicos contos de fadas”, porém, a partir da interpretação das histórias abordadas através desse gênero literário vale levar em consideração algumas indagações, a saber: qual seria a ação da criança negra ao se deparar com as características físicas dos negros apresentadas nesses livros?

Qual é a representação do negro presente nestas obras que está retratada na rotina das nossas escolas? E, por fim, qual o sentimento que poderá ser despertado na criança não negra ao observar as imagens e interpretações do elemento branco enquanto ser representante do belo, do bonito, do superior e do rico? Nas obras que analisamos, esclareceremos algumas dessas questões.

#### 4 O NEGRO NAS OBRAS INFANTIS ANALISADAS: QUAL NEGRO?

Para o nosso estudo analítico, selecionamos duas obras, por entendermos que as mesmas são bastantes utilizadas nos meios escolares no trabalho com crianças. As obras em questão foram “Menina Bonita do Laço de Fita de Ana Maria Machado” e “O cabelo de Lelé” de Valéria Belém. Os livros em questão foram publicado em 1986 e 2007.

Através da análise das mesmas, tentaremos perceber como o negro é representado. Essa representação, a depender da maneira como apareça nas obras, pode reforçar as estereotípias, os preconceitos, mas e sobretudo, ajudar a não promover uma identidade que não tome como referencial esse negro que aparece nas páginas dos livros infantis.

Quadro 01- Obras, autores, ano de publicação e ilustradores das obras estudadas.

OBRA	AUTORIA	PUBLICAÇÃO	ILUSTRAÇÃO
Menina Bonita do Laço de Fita	Ana Maria Machado	1986	Walter Ono
O Cabelo de Lelé	Valéria Belém	2007	Adriana Mendonça

Fonte: FIGUEIREDO, 2010. Disponível em: portal.mec.gov.br.

A escritora Ana Maria Machado além de jornalista é pintora, escritora e foi professora de letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já Valéria Belém, também é jornalista e do Almanaque e Campo do Jornal O Popular- GO.

Um detalhe que nos chamou atenção nas obra selecionadas é a quantidade de vezes que as mesmas já foram impressas ou reimpressas, mostrando, dessa forma, que elas são bastante comercializadas e, portanto, utilizadas, conforme se observa no quadro 02:

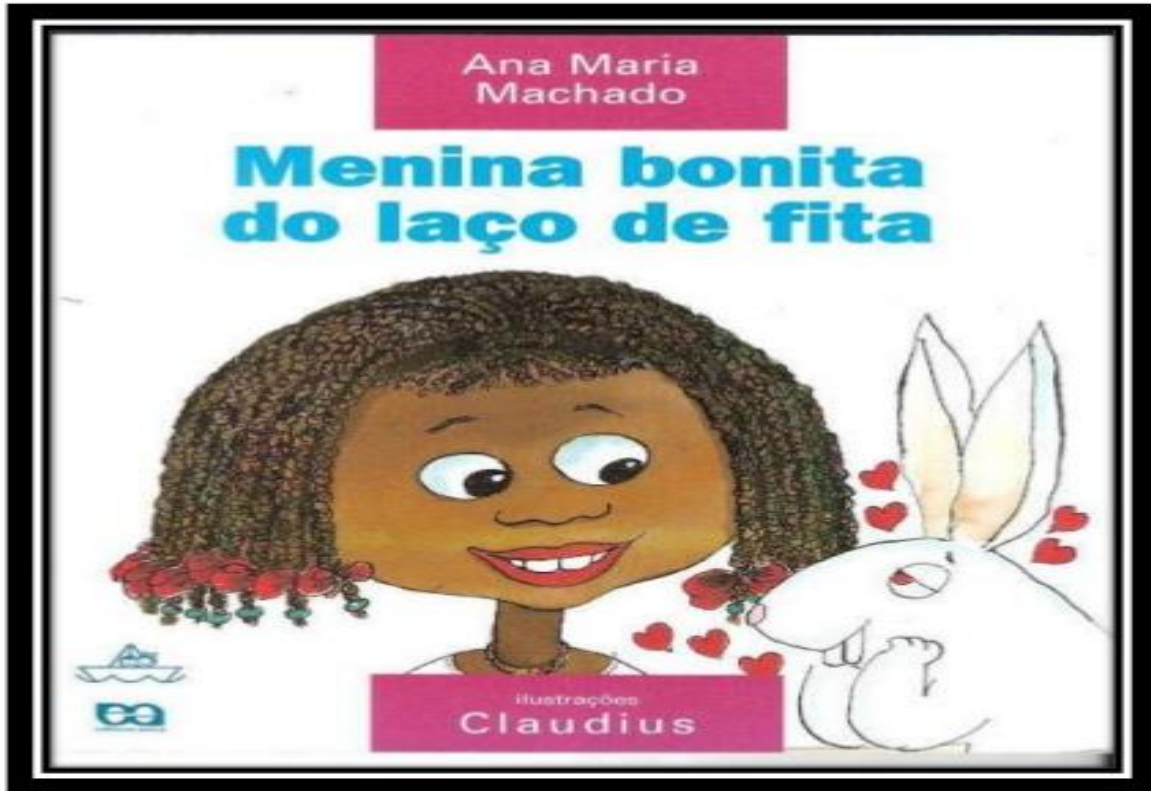
Quadro 02 – Títulos ordenados por edição, impressão e reimpressão

TITULO	EDICAO/IMPRESSAO/REIMPRESSAO
Menina Bonita do Laço de Fita	22ª impressão (2009)
O Cabelo de Lelé	3ª reimpressão (2008)

Fonte: FIGUEIREDO, 2010.

Começo a pesquisa a partir da obra de autoria de Ana Maria Machado e denominada “Menina Bonita do laço de Fita”.

Figura 01- Capa da 7ª edição, 2009 -



Fonte: Editora Melhoramentos.

Menina Bonita do Laço de Fita, é considerado um dos livros mais premiados da autora Ana Maria Machado, conta a história de uma menina negra que é a personagem principal; a autora enfatiza a beleza da menina aguçando o imaginário da criança utilizando termos como: “Era uma vez, uma menina linda, linda...” e a partir daí ela vai criando a personagem citando características.

Os olhos dela pareciam duas azeitonas pretas daquelas bem brilhantes. Os cabelos eram enroladinhos e bem negros, feitos fiapos da noite, a pele era escura e lustrosa que nem o pelo da antera negra quando pula na chuva [...] a mãe gostava de fazer trancinhas no cabelo dela e enfeitar com laço de fita colorida e ela ficava parecendo uma princesa das Terras da África ou uma fada do Reino do Luar. (MACHADO, 1986, p.6).

Figura 02- A Menina Bonita do Laço de Fita e suas qualidades.



Fonte: Editora Melhoramentos.

A autora segue sua narrativa, apresentando sempre as boas qualidades da menina de modo a incentivar as crianças a perceber e entender a beleza da personagem negra na história.

Perto de sua casa morava um coelho branco de orelha cor de rosa, que achava a menina a pessoa mais linda da face da terra. “E pensava – Ah, quando eu casar, quero ter um filha pretinha e linda que nem ela” (p. 07). A curiosidade do coelho foi tanta que um dia ele teve coragem e foi à sua asa e perguntou: “- menina bonita do laço de fita qual é seu segredo para ser tão pretinha? [...] sem saber que resposta dar, a menina “inventou”: Ah, deve ser porque eu caí na tinta preta quando era pequenina.” (p.08). O coelho correu de lá e foi direto procurar uma lata de tinta para entrar dentro. Ficou todo feliz quando saiu da lata, pretinho como queria. Mas esse pretume só durou até a chuva chegar e ficou branco novamente. Mas ele não desistiu, correu novamente na casa da menina e perguntou: – menina bonita do laço de fita, qual é teu segredo para ser tão pretinha?”. (p. 10).

E cada vez que o coelho tentava, mas não conseguia ficar preto igual à menina, ele voltava e perguntava novamente. A menina então inventava as possibilidades de ser pretinha e passava para o coelho

- Ah, deve ser porque eu tomei muito café quando era pequenina; ou:
- Ah, deve ser porque eu comi muita jabuticaba quando era pequenina (p. 10-12).

Assim, o coelho segue tentando ficar preto, até que a mãe da menina ouve uma conversa da menina com o coelho e resolve responder antes que ela inventasse outra possibilidade para ser tão pretinha; então a mãe conta a verdade: - “artes de uma avó preta que ela tinha” (p.15).

Figura 03- A admiração do coelho branco pela coelha preta



Fonte: Editora Melhoramentos

O coelho então entendeu que não seria possível ele ficar preto como a menina porque a gente herda os traços dos nossos familiares, dos nossos antepassados; foi aí que ele resolveu procurar uma coelha que fosse bem pretinha para se casar e com ela ter filhotes pretinhos como a menina. “Não precisou procurar muito. Logo encontrou uma coelhinha escura como a noite, que achava aquele coelho branco uma graça.” (MACHADO, 1986, p.18).

Mais à frente, a autora segue com a sua narrativa.

Foram namorando, casando e tiveram uma ninhada de filhotes [...] tinha coelho pra todo gosto: branco bem branco, branco meio cinza, branco malhado de cinza e até uma coelha bem pretinha. Já sabe, afilhada da tal menina que morava na casa ao lado (MACHADO, 1986, p. 20-21).

Figura 04- A representação genética através dos parentes



- Fonte: Editora Melhoramentos

A história termina quando a mesma pergunta é feita para a coelhinha toda vez que ela sai com um laço de fita colorido amarrado no pescoço.

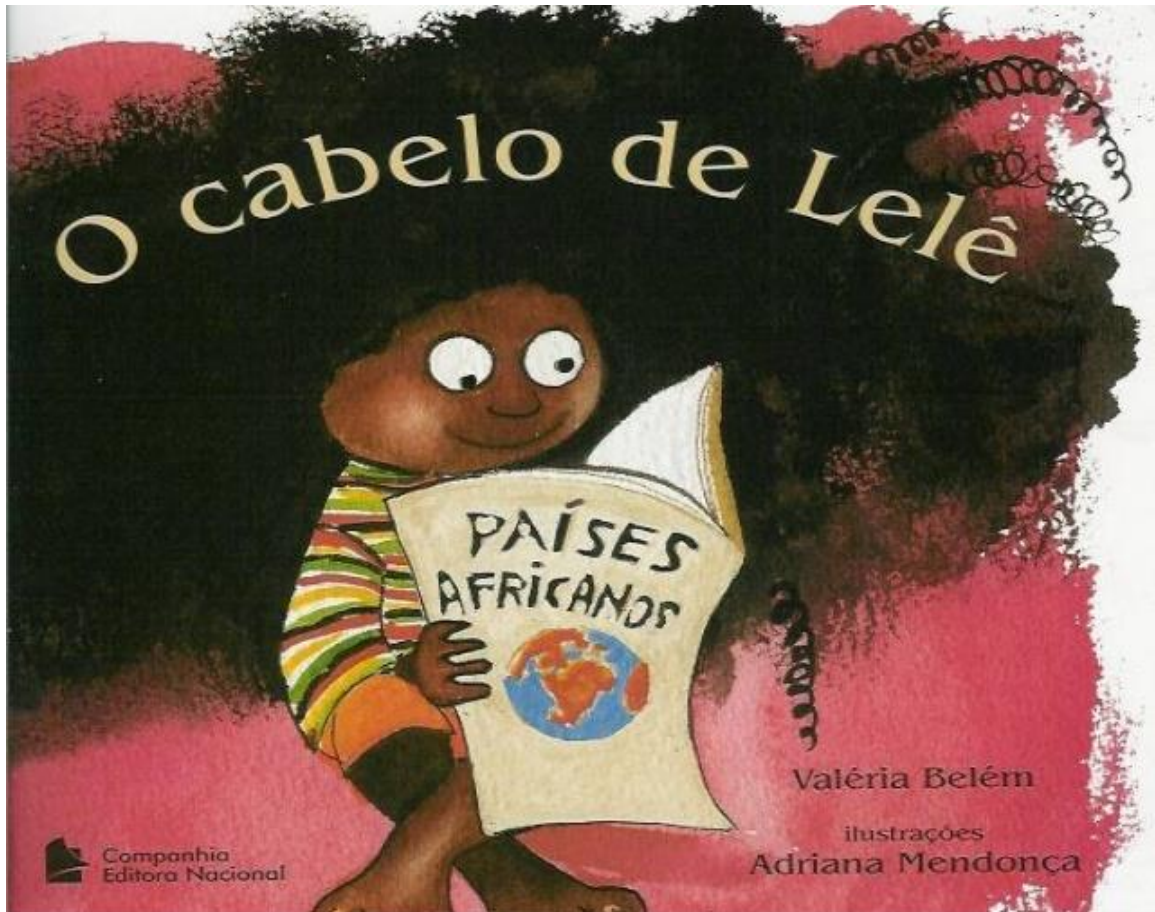
– Coelha bonita do laço de fita, qual é teu segredo para ser tão pretinha? E ela respondia:

– Conselhos da mãe da minha madrinha.(MACHADO, 1986, p.21).

## 4.1 O CABELO DE LELÊ.

*“O negro cabelo é pura magia”.*

Figura 05- Capa da primeira edição (2007)

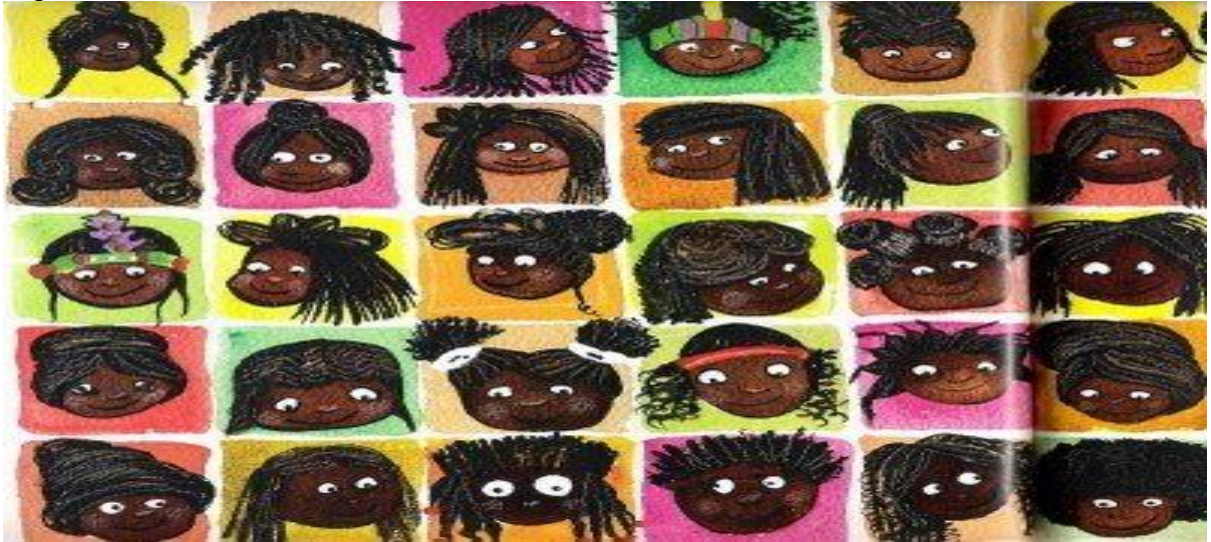


Fonte: Companhia Editora Nacional

O livro *O Cabelo de Lelê* conta a história de uma menina negra de cabelos bem cheios e rebeldes. Por isso Lelê não gosta do que vê.

“[...] Joga pra cá, puxa pra lá. Jeito não tem, jeito não dá. De onde vêm tantos cachinhos? De tanto “cismar” nessa pergunta ela resolveu procurar a resposta num livro pois: toda pergunta exige resposta[...]” (p. 09 -10). Lelê procurou e encontrou um “livro sabido” que lhe respondeu todas as suas perguntas sobre os cachinhos. Depois do Atlântico, a África chama e conta uma trama de sonhos e medos. De guerras e vidas e mortes no enredo. Também de amor no enrolado cabelo puxado armado crescido enfeitado. Torcido virado batido rodado. São tantos cabelos são tão lindos são tão belos (BELÉM, 2007, p. 14).

Figura 06- [...]Também de amor no enrolado cabelo puxado armado crescido enfeitado.



Fonte: Companhia Editora Nacional

Após encontrar O “livro sabido” Países Africanos Lelê fica encantada com a variedade de penteados usados por mulheres africanas que o livro exhibe.

“[...] Lelê gosta do que vê! Vai à vida vai ao vento. Brinca e solta o sentimento[...].” (BELÉM, 2007, p. 19). É a partir de então que, Lelê consegue se aceitar e passa a usar os penteados em seus cabelos cacheados da melhor maneira conforme aprendeu no livro e, cada dia era um penteado diferente; ela então,

“Descobre a beleza de ser como é. Herança traçada no ventre da raça. Do pai, do avô, de além mar até. O negro cabelo é pura magia. Encanta o menio e a quem se avizinha [...]”(BELÉM, 2007, p. 23).

Figura 07- Referencial étnico para a onstrução da identidade



## 4.2 QUAL A CONCEPÇÃO DO ELEMENTO NEGRO ABORDADA EM CADA UMA DAS OBRAS ANALISADAS?

Os autores das obras trabalhadas e por nós analisadas trazem concepções que nos permite extrair a visão de mundo dos mesmos e que é repassada para as crianças do ensino infantil.

No primeiro caso, o da “Menina Bonita do Laço de Fita” temos a figura de uma menina negra que reconhece-se como negra, após descobri-se enquanto tal, aprendendo a se aceitar manifestando isso através do seu interesse em pesquisar a sua própria historia.

No segundo caso, “O cabelo de Lelê” a protagonista da história constroi a sua identidade através da descoberta dos seus cabelos encaracolados e compridos. A questão do cabelo deve ser algo bastante explorado, pois constitui um elemento visual e, portanto, bastante perceptível, portanto, sujeito aos mais diversos tipos de comentários.

Nos dias atuais, a nossa sociedade, dita globalizada e não por isso menos excludente, criou um padrão de beleza que, geralmente se expressa através de cabelos lisos, pele branca, e magreza. A partir desse modelo, não são poucas às pessoas que recorrem diariamente às academias e as clínicas de estéticas para conseguir galgar ao modelo criado.

Em decorrência dessa busca desesperada pela “beleza”, não são poucos os casos de acidentes e muitos deles com mortes, que povoam as páginas policiais e causam sofrimento não somente às vítimas diretamente afetadas como aos seus familiares.

O corpo negro traz consigo uma série de elementos que, dependendo da situação em que é visto podem ser isolados ou agrupados. Nesse sentido, o cabelo se faz um forte aliado na referência bem como na construção da identidade negra. Os valores inspirados no eurocentrismo costumam classificar os cabelos como “bom” ou “ruim”, e as mulheres negras principalmente, estão sujeitas à discriminação racial por conta dos seus cabelos crespos ou cacheados. (FIGUEIREDO, 2010, p.99).

A autora chama atenção para o cuidado que devemos ter em trabalhar esse elemento visual e integrante da identidade de cada pessoa, mas que difere, principalmente no negro, pelo fato do cabelo não ser igual ao estabelecido pela nossa sociedade machista, branca, europeia e católica.

Se antes a aparência da criança negra, com sua cabeleira crespa solta e despenteada era algo comum entre a vizinhança e coleguinhas negros com

a entrada para a escola a situação muda. A escola impõe padrões de currículo, de conhecimento, de comportamentos e também de estética. Para estar dentro da escola é preciso apresentar-se fisicamente dentro de um padrão, uniformizar-se [...] a escola apresenta uma abertura para a vida social mais ampla, em que o contato é muito diferente daquele estabelecido na família, na vizinhança e no ciclo de amigos mais íntimos. Uma coisa é nascer criança negra, ter cabelo crespo e viver dentro da comunidade negra; outra coisa é ser criança negra, ter cabelo crespo e estar entre brancos. (GOMES, 2002, p. 45).

Por compreender a necessidade de se discutir esse elemento, é que a pesquisadora acima salienta a necessidade do cabelo ser objeto de discussão dentro dos espaços escolares, mesmo porque são nesses espaços, que, muitas das vezes as crianças começam a sofrer as primeiras pressões para modificá-lo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver o presente trabalho, foi possível aprender e entender a importância da discussão acerca da construção da identidade com as crianças negras tanto no ambiente escolar e, principalmente no ambiente familiar e o exercício de pesquisa para a realização do trabalho me fez interessar mais sobre os fatos históricos, em torno do meu objeto de estudo: a criança negra.

Com certeza esse momento foi de grande importância e influência na minha trajetória de professora de Educação Infantil e, atualmente de Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, pois me fez pensar na necessidade de colaborar na área da história da educação em geral especialmente das crianças negras da educação infantil.

A partir da pesquisa através da leitura, foi possível perceber o aumento das publicações literárias infantis que trazem o referencial étnico, ainda que sejam difíceis de encontrá-las.

Durante a realização do trabalho observei os pontos indispensáveis para o aumento da discussão sobre o pertencimento étnico na sala de aula: o acesso à leitura e interpretação das obras, o reforço na divulgação delas, a capacitação dos professores para o uso correto de tais obras. Este último que é talvez o ponto chave para a realização de um trabalho consistente com resultados satisfatórios.

É certo que há uma maior preocupação com relação à capacitação dos professores de educação infantil tanto por parte do ponto de vista pedagógico, quanto no ponto de vista político que têm se preocupado em gerar propostas que sejam capazes melhorar a qualidade do ensino na Educação Infantil.

No entanto ainda existe uma grande dificuldade a ser enfrentada que é a ampliação do número de obras que discutem a temática étnica posto que o número dessas obras literárias ainda seja muito pequeno quando se fala em educação infantil.

Enfim é possível notar certa falha nas políticas públicas de afirmação à pluralidade racial; ainda existe um grande caminho a ser percorrido. Diante disso contata-se então que essa temática é considerada ainda em construção, pois ainda há muito que se fazer.

## REFERÊNCIAS

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê**. 3 ed. São Paulo. Nacional, 2007. 29p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. Brasília, DF: 2009.

BRASIL. Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003. Torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas redes pública e particular de ensino. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 20 ago. 2017.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 003/2004. Relator: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. 10 mar. 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 mai. 2004a. Disponível em <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CN/CP1/2004, 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Seção 1, p.11. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Parecer nº 003/2004. Relator: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. 10 mar. 2004b. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 mai. 2004b. Disponível em <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília, DF, 2006.

CARVALHO, Leandro. **Lei 10.639/2003 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, 2012.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. **A literatura infantil: visão histórica e crítica**. 6 ed. São Paulo: Global Universitária, 1989.

CASTILHO, Suely Dulce de. A Representação do Negro na Literatura Brasileira: Novas Perspectivas. **Revista Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v.07, n. 02, p.104-110, 2004.

FIGUEIRREDO. Luciana Araújo. **A criança negra na literatura brasileira: uma leitura educativa**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados: MS UFGD, 2010. 130f.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

JOVINO, Ione da Silva. Literatura Infanto-Juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré. **Literatura Afro-Brasileira**. Brasília, DF: Fundação Palmares, 2006.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do Laço de fita**. 7 ed. São Paulo Melhoramentos, 1986. 24p.

OLIVEIRA, Maria Anoria de Jesus. **Negros personagens nas narrativas literárias infanto-juvenis 1979-1989**. 2003. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2003.

\_\_\_\_\_. A tessitura dos personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira. LITERAFRO. Disponível em: [www.lettras.ufmg.br](http://www.lettras.ufmg.br). Acesso em: 06 jan. 2017.